

Anais da Assembléia

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, 11 DE AGOSTO DE 1972

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Constituição das Comissões Permanentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

WILSON FORTES	ARENA
ANTONIO COSTA	ARENA
NELSON BUFFARA	MDB
IVO TOMAZONI	ARENA
QUIELSE CRISOSTOMO	ARENA
DOMICIO SCARAMELLA	MDB
ROSÁRIO PITELLI	ARENA
AGUINALDO PEREIRA LIMA	ARENA
ALVARO DIAS	MDB
ANTONIO BELINATI	MDB
ANTONIO LOPES JUNIOR	ARENA
ANTONIO MACIEL	ARENA
ARIZONE ARAUJO	ARENA
ARMANDO QUEIROZ	ARENA
ARTHUR DE SOUZA	ARENA
BASILIO ZANUSO	ARENA
BORSARI NETO	ARENA
CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA	ARENA
DAVID FEDERMANN	ARENA
EMILIO CARAZZAI	ARENA
ERONDY SILVERIO	ARENA
FABIANO BRAGA CORTES	ARENA
FRANCISCO ESCORSIN	ARENA
GILBERTO CARVALHO	ARENA
GABRIEL MANOEL	ARENA
FUAD NACLI	ARENA
HELIO MANFRINATO	MDB
IGO LOSSO	ARENA
JOAO FADEL	ARENA
JOAO MANSUR	ARENA
JORGE SATO	ARENA
LAZARO DUMONT	ARENA
LEOPOLDO JACOMEL	ARENA
LUIZ ROBERTO SOARES	ARENA
MARCIANO BARANIUK	ARENA
MAURICIO FRUET	MDB
MUGGIATI FILHO	MDB
NIVALDO KRUGER	MDB
ODILON REINHARDT	ARENA
OVIDIO FRANZONI	ARENA
PAULO CAMARGO	ARENA
PAULO POLI	ARENA
PINTO DIAS	ARENA
SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR	MDB
SANTOS LIMA	ARENA
WILSON BRANDÃO	ARENA
XENOFONTE VILLANUEVA	ARENA

COMISSÃO EXECUTIVA

- PRESIDENTE — Wilson Fortes.
1.º VICE-PRESIDENTE — Antônio Costa.
2.º VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB).
1.º SECRETÁRIO — Ivo Tomazoni.
2.º SECRETÁRIO — Quielise Crisóstomo.
3.º SECRETÁRIO — Domicio Scaramella (MDB).
4.º SECRETÁRIO — Rosário Pitelli.

COMISSÕES PERMANENTES

2.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura

COMISSÃO EXECUTIVA

- Presidente — Wilson Fortes;
1.º Vice-Presidente — Antonio Franco Ferreira da Costa Filho
2.º Vice-Presidente — Nelson Buffara (MDB)
1.º Secretário — Ivo Thomazoni
2.º Secretário — Quielise Crisóstomo da Silva
3.º Secretário — Domicio Scaramella (MDB)
4.º Secretário — Rosário Pitelli

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

Presidente — Armando Queiroz
Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB)
Santos Lima; Ovidio Franzoni; Erondy Silvério; Emilio Carazzai; Igo Losso; Paulo Camargo; Cândido Martins de Oliveira; Luiz Roberto Soares; Muggiati Filho (MDB).

Secretário — Rita Celestino Soares
Reuniões — Quartas-feiras.

SUPLENTE

Borsari Neto; Basilio Zanusso; Antonio Lopes Júnior; Fabiano Braga Cortes; Antonio Maciel; Leopoldo Jacomel; Marciano Baraniuk; Odilon Reinhardt; João Fadel.

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

Presidente — Fuad Nacli
Vice-Presidente — Antonio Belinatti
David Federmann; Leopoldo Jacomel; Antonio Lopes Júnior; Odilon Reinhardt; João Fadel.

Secretário — Terezinha Barbosa Moura e Claro
Reuniões — Terças-feiras.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Fabiano Braga Cortes; Lázaro Dumont; Jorge Sato; Igo Losso; Mauricio Fruet (MDB).

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

Presidente — Jorge Sato
Vice-Presidente — Nivaldo Kruger (MDB)

Paulo Poli; Fabiano Braga Cortes; Basilio Zanusso; Fuad Nacli; Borsari Neto.

Secretário — Elcy Silva Batista

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Aguinaldo Pereira Lima; Cândido Martins de Oliveira; Pinto Dias; Wilson Brandão; João Fadel; Marciano Baraniuk; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

Presidente — Antonio Maciel.

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Francisco Escorsin; Marciano Baraniuk.

Secretário — Ney Rodrigues.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel; Fuad Nacli; Basilio Zanusso; Aguinaldo Pereira Lima; Alvaro Dias (MDB).

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

Presidente — Borsari Neto

Vice-Presidente — Hélio Manfrinato (MDB)

Lázaro Dumont; Xenofonte Villanueva; Gabriel Manoel.

Secretário — Roberto Diniz Sátiro

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Basilio Zanusso; Pinto Dias; Paulo Poli; Wilson Brandão; Alvaro Dias (MDB).

SUPLENTE

Fuad Nacli; Arizone Araújo; Santos Lima; Xenofonte Villanueva; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

Presidente: Antonio Lopes Júnior

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Arizone Araújo; Cândido Martins de Oliveira; Gabriel Manoel.

Secretário — Maria Aparecida R.G. Amaral.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Francisco Escorsin; Santos Lima; João Fadel; Fabiano Braga Cortes; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

Presidente — Arizone Araújo

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Francisco Escorsin; Xenofonte Villanueva; Marciano Baraniuk.

Secretário — Agildes de Oliveira Martins.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Antonio Maciel; Luiz Roberto Soares; Paulo Poli; Wilson Brandão; Nivaldo Kruger (MDB).

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

Presidente — Aguinaldo Pereira Lima;

Vice-Presidente — Antonio Belinatti (MDB).

Paulo Poli; Wilson Brandão; Antonio Maciel.

Secretário — Francisco Accioly Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

Presidente — David Federmann;

Vice-Presidente — Arizone Araújo

João Fadel; Xenofonte Villanueva; Mauricio Fruet (MDB).

Secretário — Elza Carneiro Camargo.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Paulo Camargo; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Emilio Carazzai; Hélio Manfrinato (MDB)

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

Presidente — Cândido Martins de Oliveira.

Vice-Presidente — Alvaro Dias (MDB)

Basilio Zanusso; Antonio Maciel; Gabriel Manoel.

Secretário — Lélcio Guimarães Sotó Maior.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Jorge Sato; Ovidio Franzoni; Santos Lima; Muggiati Filho (MDB).

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

Presidente — Paulo Poli.

Vice-Presidente — Mauricio Fruet (MDB).

Aguinaldo Pereira Lima; Francisco Escorsin; Leopoldo Jacomel.

Secretário — Alberto Carazzai Neto.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Armando Queiroz; Paulo Camargo; Ovidio Franzoni; Marciano Baraniuk; Antonio Belinatti (MDB).

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

Presidente — Xenofonte Villanueva.

Vice-Presidente — Sebastião Rodrigues (MDB)

Marciano Baraniuk; Jorge Sato; Odilon Reinhardt.

Secretário — Maria Stella do Amaral Gurgel.

Reuniões — Condicionadas a existência de matéria de sua competência.

SUPLENTE

Arthur de Souza; Pinto Dias; Lázaro Dumont; Gabriel Manoel; Mauricio Fruet (MDB).

RESOLUÇÕES:

RESOLUÇÃO N. 25-72

Data: 04 de agosto de 1972.

Súmula: Aprovo o termo aditivo da retificação de cláusulas do convênio firmado em: 25-02-70, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Negócios de Agricultura e a Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando conservação e planificação do Jardim Botânico desta Capital.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29, da Constituição do Estado, a seguinte Resolução: Art. 1.º — Fica aprovado o Termo Aditivo de retificação de cláusulas do Convênio firmado em 25 de fevereiro de 1.970, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura e a Prefeitura Municipal de Curitiba, objetivando a conservação e planificação do Jardim Botânico desta Capital.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 04 de agosto de 1972.

WILSON FORTES — Presidente

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 351-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5146-72, de 03 de julho de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

arbitrar em cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, o valor da gratificação, por prestação de serviços extraordinários, fixada pelo Artigo 172, parágrafo II, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, a Lázaro Caetano da Silva, a partir de 1.º de julho de 1972, ora à disposição da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de agosto de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 352-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5.389-72, de 07 de julho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

conceder a Ronaldo Lopes Linhares, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a correspondente gratificação de representação, por estar exercendo as funções de Assistente Técnico.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 09 de agosto de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 353-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5764-72, de 28 de julho de 1972, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o disposto pelo Art. 150, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, em favor de Marina Cunha Martins, ocupante do cargo de nível PL-23, da Série de Classes de Contabilista, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias relativas ao ano de 1.969, que deixou de gozar.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de agosto de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 354-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5.800-72, de 01 de agosto de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

designar Marcos Uniga para exercer as funções de Auxiliar de Gabinete do Departamento de Finanças, Contabilidade e Pessoal, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, a partir de 12 de maio de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de agosto de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 355-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5.335-72, de 06 de julho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

designar Gerson Evangelista Passos, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Assessor de Gabinete da 2a. Secretaria percebendo as vantagens inerentes, a partir do mês de julho de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de agosto de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 356-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5.806-72, de 1.º de agosto de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

alterar o Orçamento Analítico, para o exercício financeiro de 1.972, aprovado pelo Decreto Legislativo n. 201 de 19 de abril de 1.972, nos sub-elementos abaixo discriminados, os quais passarão a ter as seguintes dotações:

3.1.2.0 — MATERIAL DE CONSUMO

3.1.2.0.03 — Material de Limpeza, Conservação e Desinfecção	3.000,00
3.1.2.0.04 — Combustíveis e Lubrificantes	138.000,00
3.1.2.0.05 — Materiais utilizados em Oficinas, Acessórios, Peças de Máquinas, de Viaturas, de Aparelhos e de Instalações	90.000,00
3.1.2.0.08 — Gêneros de Alimentação e de Dieta em Geral	20.000,00
3.1.2.0.10 — Matérias Primas e Materiais para Serviços Diversos	4.520,00
3.1.2.0.13 — Vestuários, Fardamentos, Tecidos em Geral, Roupas de cama, Mesa e Banho; Material de Dormitório, de Copa e Cozinha; Pequenos Objetos de Toilete e de Uso Pessoal	14.000,00
3.1.2.0.16 — Placas, Letreiros e Semilares	3.000,00
3.1.2.0.18 — Outros Materiais de Consumo	3.000,00
3.1.2.0.90 — Reserva Técnica	130.000,00

3.1.3.0 — SERVIÇOS DE TERCEIROS

3.1.3.0.03 — Assinaturas de Órgãos Oficiais, Revistas, Publicações Periódicas e Recortes	25.000,00
3.1.3.0.04 — Iluminação e Força Motriz	46.000,00
3.1.3.0.05 — Serviços de Asseio e Higiene	75.000,00
3.1.3.0.06 — Reparos, Adaptações, Recuperação e Conservação de Bens Móveis e Imóveis	125.000,00
3.1.3.0.90 — Reserva Técnica	90.000,00

3.1.4.0 — ENCARGOS DIVERSOS

3.1.4.0.01 — Despesas de Pronto Pagamento	116.000,00
3.1.4.0.02 — Prêmios, Diplomas, Condecorações e Medalhas	4.000,00
3.1.4.0.22 — Outros Encargos	8.000,00
3.1.4.0.90 — Reserva Técnica	240.000,00

4.3.3.0 — AUXÍLIO PARA OBRAS PÚBLICAS

a — Departamento de Edificações e de Obras Especiais	1.800.000,00
b — Reserva Técnica	200.000,00

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de agosto de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N.º 357-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5.402-72, de 07 de julho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar pagar, a Paulo de Souza Filho, por ter exercido as funções de Chefe do Serviço Médico, no período de 04 de julho a 03 de agosto de 1.972, gratificação de função correspondente ao símbolo F-2.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de agosto de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 358-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 4.577-72, de 15 de junho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

arbitrar em cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, o valor da gratificação, por prestação de serviços extraordinários, fixada anteriormente em 1/3 (um terço) de seus vencimentos pelo Decreto Legislativo n. 520-71, de 27 de outubro de 1.971, de Henrique Wojcik, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 1.º de julho de 1.972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de agosto de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 359-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5.108-72, de 30 de junho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1.970, ao acervo de serviço público de Myriam Correia Montanha Teixeira, ocupante do cargo de nível "PL-26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquígrafia, do Quadro de Pessoal desta Assembléia, o tempo de um (01) ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, por não ter se afastado do exercício de suas funções durante o segundo decênio, compreendido entre 30 de março de 1.961 e 30 de maio de 1.969, antecipado em razão da incorporação correspondente ao primeiro decênio e das férias relativas aos anos de 1.952, 1.953, 1.954, 1.959 e 1.961, contados em dobro.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de agosto de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO N. 360-72

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o n. 5.553-72, de 19 de julho de 1.972, deste Poder,

R E S O L V E:

autorizar, na conformidade do disposto pelo Art. 176, Inciso I, da Lei n. 6.174, de 16 de novembro de 1970, o funcionário Zeno Paciornik, a prestar serviços extraordinários percebendo gratificação correspondente a um terço (1/3) de seus vencimentos, a partir de 1.º de junho de 1972.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 10 de agosto de 1.972.

a) WILSON FORTES — Presidente

a) IVO THOMAZONI — 1.º Secretário

a) QUIELSE CRISOSTOMO DA SILVA — 2.º Secretário

**2.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 112.^a Sessão Ordinária — Realizada em 11
de Agosto de 1972 (Sexta-feira)**

Presidência do Sr. Deputado Rosário Pitelli, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Antônio Belinati.

As 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Basílio Zanusso, Borsari Neto, David Federmann, Emilio Carazzai, Erondy Silvério, Fuad Nacli, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruct, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovidio Franzoni, Pírrico Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima e Xenofonte Villanueva (31); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domicio Scaramella, Agui-naldo Pereira Lima, Antonio Lopes Júnior, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Cândido Martins de Oliveira, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Igo Lasso, João Mansur, Marciano Baraniuk Nivaldo Krü-ger, Paulo Camargo, Paulo Poli, e Wilson Brandão (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte E X P E D I E N T E:

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, um voto de Lâmpara ao Município de Prudentópolis, que comemora no dia 12 do corrente 66 anos de sua fundação.

Requer, ainda, que da decisão deste Poder Legislativo, dê-se conhecimento à Prefeitura Municipal daquela cidade.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1.972

(a) João Mansur

Requerimento

Senhor Presidente:

No documento preliminar com que o Governo do Estado apresentou ao povo as suas "Diretrizes de Ação", que devem ser detalhadas, transformadas em planos, programas e projetos específicos, no tocante ao setor industrial, fixou-se o seguinte:

"integração das entidades estaduais nas definições e programas de ação da Política Estadual de Desenvolvimento;

"apoio à política de estímulos à industrialização promovida pelos Municípios desde que coerente com os objetivos prioritários do Estado;

"integração interna do parque industrial;

"apoio à exploração das oportunidades industriais a partir de recursos minerais, de matérias primas agropecuárias, insumos industriais e derivados da silvicultura;

"atração de novos investimentos industriais de porte, de grande efeito multiplicador, notadamente na exploração de recursos naturais;

"modernização do parque produtor, visando particularmente os mercados externos;

"ativação das regiões de demorada ou difícil integração".

Evidentemente, os objetivos da Administração estadual são os de estabelecer em nosso Estado, com relação ao problema de seu desenvolvimento industrial, as metas definitivas para a industrialização. Entende o Executivo que a consolidação do Polo Agro-Industrial é considerada de importância vital para aproveitar as vantagens comparativas oferecidas pelas condições favoráveis a alguns produtos e explorar as oportunidades existentes nos mercados interno e externo.

Situou-se o Paraná como Estado eminentemente agrícola, que realmente é. E, a ampliação do parque industrial aqui existente, em tais condições, surge como uma das tônicas mais importantes dessas diretrizes, sendo já objeto de incentivos fiscais do Governo.

Enquanto tal ocorre no Paraná, na esfera federal a atual política fazendaria de combate à inflação está gerando certas distorções, implantando medidas que conflitam com a pretensão desenvolvimentista do Estado, obstruindo-a. Aliás, desse mal vem sofrendo o País, suportando o peso duma legislação agrária que dá as costas à realidade de seu extenso território, de seu direito consuetudinário e às condições sociais de seu povo, em que o agricultor do Sul enfrenta condições de terra e de clima diferentes das demais regiões agrícolas.

Veja-se o caso das indústrias de óleos alimentícios, que despontam como alicerces dos mais importantes para a constituição do arunciado pelo Agro-Industrial.

A União decretou a supressão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na venda de produtos alimentícios, dando farta publicidade de seus objetivos: promover um grande barateamento em favor do consumidor. Nada mais justo nem tão esperado.

Esqueceu, porém, a União, de isentar os respectivos componentes de custo. Ora, é sabido que uma caixa de óleo de soja, para exemplificar, contendo 36 litros de 900 cc. cada uma, era vendida a Cr\$ 90,00 mais 5% de I.P.I., custaria para o comerciante, pois, Cr\$ 94,50. As fábricas de óleo usam, no processo de fabricação de refinação no total de Cr\$ 30,00 por tonelada, e embalagens (latas e caixas de papelão), no montante de Cr\$ 20,03 por caixa. Todos os materiais citados pagam I.P.I., com diversas alíquotas, mas totalizando Cr\$ 1,90 por caixa. Esta importância, que anteriormente podia ser levada a crédito em conta gráfica da conta IPI a recolher, e que, portanto, recuperável, constitui agora parte do custo, e como tal recebe, por sua vez, nova carga tributária relativa ao I.C.M. (que não incide sobre o IPI) de 16%. Resultado: muito embora não pagamento de 4,50 de IPI por caixa, o custo para o fabricante subiu de Cr\$ 2,26. Assim, enquanto se faz o consumidor acreditar — através de incessante noticiário pelo rádio, imprensa e televisão — que teria direito a uma redução de preço estimada em Cr\$ 4,50 por caixa as indústrias de óleo, em verdade, poderiam conceder, no máximo, Cr\$ 2,24 de baixa.

A ação dos órgãos federais, todavia, não pára aí.

E recente a forte pressão que vem sendo exercida sobre todas as indústrias de óleo, a fim de que vendam sua produção, de qualquer maneira. Para alcançar tal escopo, deu-se a restrição aos financiamentos de óleos estocados pelo Banco do Brasil, tendo sido diminuídas as bases de financiamentos, o que obriga as indústrias a venderem, mesmo que os preços alcançados sejam aquém dos custos.

Verifica-se, em conclusão, que — enquanto o Governo Estadual se propõe a integrar, estimular, apoiar, atrair, modernizar e ativar as iniciativas industriais, em favor da implantação de um polo Agro-Industrial em nosso Estado, — as aludidas indústrias de óleos sofrem as consequências da adoção, por parte do Governo Federal, de medidas que vêm conflitar com os interesses do próprio Estado.

A vista do exposto, o Deputado estadual infra-assinado, no uso de suas atribuições nesta Casa, respeitosamente, requer: ouvido o Plenário, seja dirigido apelo ao Senhor Governador do Estado, Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, ao Senhor Ministro da Fazenda, Dr. Delfim Neto e ao Senhor Ministro da Indústria e Comércio, Dr. Marcos Vinicius Prati de Moraes, no sentido de que sejam corrigidas as distorções apontadas e se harmonizem, entre si, os legítimos interesses da lavoura, da indústria, do consumidor, do Estado-membro e da União, que se acham integrados no quadro exposto.

Sala das Sessões, em 10 de agosto de 1972.

(a) Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Exmo. Sr. Governador do Estado e ao Exmo. Sr. Secretário de Saúde Pública, veementemente apelo no sentido de que a Direção do Hospital Colônia "Adauto Botelho", órgão pertencente a Fundação de Assistência Hospitalar do Paraná, reconsidere o critério que atualmente vem adotando, no sentido de não mais aceitar internamento de alienados mentais indigentes. Tal critério vem criando sério problema em nossa Capital, visto que diariamente, provindos do interior do Estado, chegam inúmeros indigentes acometidos de enfermidades mentais e que não conseguem o seu internamento, já que aquele Hospital nega o internamento sem o pagamento da taxa estipulada.

Sala das Sessões, em 11 de agosto de 1.972

(a) Ivo Tomazoni

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência tem a honrosa satisfação de anunciar a presença dos engenheiros Cássio Bitencourt Macedo, Presidente do Instituto de Engenharia do Paraná, Wilson Ribeiro, Vice-Presidente e José Moscaleski, Tesoureiro.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a Tribuna, na manhã de hoje, a fim de acusar o recebimento de um convite formulado pelo Instituto de Engenharia do Paraná, à Comissão Executiva da Assembleia, nos seguintes termos: (lendo):

"A VII Convenção Nacional de Engenheiros, sob a Presidência de Honra do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Engenheiro Pedro Viriato Parigot de Souza, dando continuidade às Associações de Engenheiros — FEBRAE, organizada desta feita pelo Instituto de Engenharia do Paraná, contando com o decidido apoio da Federação das Indústrias do Estado do Paraná e das demais Associações de Classe do País, reunirá na Cidade de Curitiba todos os interessados no estudo e discussão do temário das reuniões.

O conagração oferecido aos convencionais e acompanhantes, a oportunidade da participação nas Comissões de Trabalho, as visitas às obras importantes e assistência às conferências, projeções, simpósios e seminários conduzidos por competentes técnicos nacionais de atividades sociais e turísticas, proporcionarão resultados profícuos e recordações inesquecíveis.

Na mesma oportunidade será realizado no Parque Castelo Branco, cedido pela Secretaria de Agricultura do Estado à 1.ª Feira Nacional de Engenharia e Indústria, certame que contará com a presença dos industriais e comerciais do País, apresentando produtos e técnicas atualizadas, dando ensejo a um maior intercâmbio de negócios".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, evidentemente para nós, parlamentares, é matéria de muito interesse acompanhar os trabalhos da 1.ª Convenção Nacional de Engenharia, visto que nos trabalhos que temos desenvolvido, como parlamentar, no atendimento do povo paranaense, e da política que defendemos, somos, diariamente, concitados a discutir sobre obras de engenharia. Arrecando as maiores personalidades da engenharia paranaense, nesta Convenção que irá realizar-se de 12 a 18 do corrente mês, em Curitiba, nós fazemos, como Conselheiros do Instituto de Engenharia do Paraná, um particular convite aos Srs. Deputados desta Casa para que compareçam a esta Convenção Nacional a fim de que, com os ensinamentos que advirão dessa reunião de técnicos, possamos trocar idéias e legislar sobre matéria de engenharia, com maior facilidade. Para que possamos ter uma idéia sucinta da programação, faremos a leitura primeiramente, do temário dessa programação:

"1.º — Independência do Brasil e a Engenharia.

2.º — Engenharia e Indústria.

3.º — Função da Engenharia no Desenvolvimento Nacional, cuja conferência será proferida pelo ilustre engenheiro Colombo Sales.

4.º — Engenharia e Cursos de curta duração.

5.º — Patrimônio da Engenharia Brasileira.

6.º — Mercado de trabalho do Engenheiro.

7.º — Temas de interesse geral".

Além desse temário, teremos a satisfação de ouvir uma conferência que será proferida pelo Governador de Santa Catarina, que também é engenheiro, além da apreciação da programação do Governo do Paraná, o plano de ação do Governo do Paraná, pelo Governador Pedro Viriato Parigot de Souza.

Temos ainda a relação do Seminário que constará do seguinte: Agronomia, análise de concretos, arquitetura contemporânea, barragens concreto protendido; eletrificação rural, eletrônica, engenharia florestal, engenharia legal, engenharia química, engenharia de tráfego, fundações especiais, habitação, mecânica de solos, metalurgia, o engenheiro e o arquiteto face à legislação vigente, organização contábil em empresas de engenharia, pavimentação, petroquímica e plásticos, portos de mar, pré-fabricação leve, pré-fabricação pesada, saneamento, siderurgia, telecomunicações, vias interiores — hidrovias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Essa programação, naturalmente trará grande contribuição e ainda mais sabendo que a responsabilidade desse con-

chave técnico está nas mãos de técnicos de renome do Estado do Paraná, a exemplo do Instituto de Engenharia do Paraná, Dr. Cássio Bitencourt de Macedo, nome ilustre da administração do Estado, ex-Secretário de Viação e um dos engenheiros mais credenciados dentro da tecnologia do Paraná.

Além do engenheiro Wilson Ribeiro, ex-diretor geral do DER, que ora ocupa a 2.ª vice-Presidência, professor José Moscalewski que é o 2.º Tesoureiro do Instituto.

Deixamos aqui, então, o nosso convite e a lembrança da importância desse conclave para a tecnologia do Paraná, uma atualização técnica de nossos engenheiros e para que, nós Deputados acompanhemos também e participemos pela movimentação dos técnicos de todo o Brasil, nas obras que se desenvolvem no Paraná, porque além do programa puramente técnico, apresenta-se ainda uma programação turística, que tem como objetivo o conhecimento dos pontos de atração turística do Paraná e naturalmente receber sugestões para o seu melhor aproveitamento e sugestões técnicas que advirão por parte desses homens ilustres da engenharia do Brasil.

Haverá visitas a Campo Largo, — fábrica de azulejos e de porcelana. Antonina — com visita a hidroelétrica de Capivari-Cachoeira. Ponta Grossa — visita à formação arenítica de Vila Velha e ao complexo industrial da cidade. Salto Osório — visita às obras da hidroelétrica. Foz do Iguaçu — visita às cataratas. Puerto Stroessner — Usina de Acaray e Assunção del Paraguay. Londrina — visita à cidade e a uma fazenda de café. Monte Alegre — visita à maior área de reflorestamento da América do Sul e a fábrica de papel.

Srs. Deputados, fica aqui mais uma vez registrado o nosso convite para essa reunião de interesse para a engenharia do Paraná e a administração pública do nosso Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Tomazoni, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Assembleia Legislativa do Estado, a Mesa Diretora foi surpreendida, no início desta semana com uma determinação do novo Sr. Diretor do Hospital Psiquiátrico Adauto Botelho, nosocômio que é do Estado do Paraná e administrado pela Fundação Hospitalar. Foi surpreendida porque o novo Diretor houve por bem cortar o internamento de alienados mentais indigentes naquele nosocômio. Não é necessário, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizer das ocorrências que esta determinação vai ocasionar. Somente a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através de seu Departamento de Serviço Social, tem encaminhado, pela sua triagem, cerca de vinte alienados mentais por mês para internamento naquele Hospital especializado.

Essa determinação, além de aporiar de surpresa o Poder Legislativo que tem sido o corredor no internamento desses indigentes doentes desses alienados mentais, vai acarretar e está acarretando para os Srs. Deputados representantes das mais diversas regiões do Estado problemas seríssimos.

De um lado a Secretaria de Segurança Pública proibindo que os alienados mentais sejam mantidos nas celas da Delegacia de Plantão; por outro lado o Departamento de Higiene Mental que não tem qualquer dependência para acomodação desses doentes em fase de triagem; e agora como o Adauto Botelho não aceita internamento desses doentes indigentes, estamos sem nada poder fazer a não ser apelar para o espírito público, para o espírito de solidariedade humana de que é possuído o Sr. Governador do Estado, apelo que deve ser escutado ao Sr. Secretário de Saúde do Estado do Paraná no sentido de que façam com que o novo Diretor do Hospital Adauto Botelho, reveja essa Ordem de Serviço extemporânea e porque não dizer fora de propósito, uma vez que o Adauto Botelho é um Hospital mantido pela Fundação Hospitalar, com recursos do Estado, dinheiro dos impostos que a população paranaense paga. Daí não vemos porque transformar aquele Hospital em órgão que deva apresentar lucros em seu balanço. É necessário que ele continue com o internamento de indigentes alienados mentais pois é uma tradição no Estado do Paraná. A medida do novo Diretor daquele Hospital no que diz respeito ao internamento desse tipo de doentes naquele estabelecimento, está acarretando problemas seríssimos no interior do Estado. As Delegacias de Polícia estão mantendo, sem condições humanas mínimas os alienados presos nas delegacias de polícia das cidades do interior, proibidos os encaminhamentos à Capital do Estado e, quando os encaminhamentos se processam eles ainda ficam na dependência da caridade de um delegado de polícia que, contrariando até as ordens dos titulares das delegacias especializadas, os mantém presos — quando isto não ocorre o que é pior ainda o alienado mental é solto e nas ruas então é sujeito às maiores barbaridades por parte de transeuntes, que não têm a capacidade de reconhecer que o alienado comete arbitrariedades, em função do seu estado de saúde.

É o apelo que fica, à consideração do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, do Sr. Secretário da Saúde, no sentido de que façam com que o Diretor do Hospital Adauto Botelho reveja esta determinação extemporânea e completamente fora de propósito que está a acarretar um número de problemas que tende a se avolumar, criando para o Paraná uma imagem pior do que a que já temos, nesse setor de atendimento a doentes indigentes.

Era o que cabia, Sr. Presidente, a este Deputado formular na Tribuna, neste instante. — (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores inscritos, declaro, encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 219-70, que autoriza o Poder Executivo a criar um Curso Colegial em Paissandu e dá outras providências. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 219-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar um curso colegial, anexo ao Ginásio Estadual, na sede do Município de Paissandu.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1972.

aa) Alvaro Dias — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Basílio Zanusso

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 240-70, fica criado um Curso Científico no Ginásio Estadual de Assis Chateaubriand. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 240-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado um curso científico para funcionar a partir do próximo ano letivo no Ginásio Estadual de Assis Chateaubriand.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1972.

aa) Alvaro Dias — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Basílio Zanusso

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 295-70, fica criado um Curso Científico no Ginásio de Colombo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 295-70

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado um curso científico no Ginásio do Município de Colombo, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em 08 de agosto de 1972.

aa) Alvaro Dias — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Basílio Zanusso

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 13-71, que autoriza o Poder Executivo criar na cidade de Ubatã, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, para funcionar a partir de 1972. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 13-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar na cidade de Ubatã, Município do mesmo nome, uma Escola Normal Colegial, com funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1972.

aa) Alvaro Dias — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Basílio Zanusso

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 70-71, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao D.E.R., para efeito de conservação e melhoria a estrada que liga os Municípios de Bocaiuva do Sul a Colombo. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 70-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir ao Departamento de Estradas de Rodagem, da Secretaria dos Transportes, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga os Municípios de Bocaiuva do Sul a Colombo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1972.

aa) Alvaro Dias — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Basílio Zanusso

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 99-71, que autoriza o Poder Executivo a construir uma ponte sobre o Rio Jordão, ligando a Estância Hidromineral de Águas de Santa Clara, no Município de Guarapuava, ao Município de Pinhão. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 99-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a construir uma ponte sobre o Rio Jordão, ligando a Estância Hidromineral de Águas de Santa Clara, no Município de Guarapuava ao Município de Pinhão.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1972.

aa) Alvaro Dias — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Basílio Zanusso

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 108-71, que autoriza o Poder Executivo, transferir ao D.E.R., para fim de conservação e melhoria a estrada que liga Maringá a Ivaiporã, passando por Aquidaban, Jardim Alegre, São Pedro e São João do Ivaí — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 108-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para fins de melhoria e conservação, a estrada que liga o Município de Maringá ao de Ivaiporã, passando por Aquidaban, Jardim Alegre, São Pedro e São João do Ivaí.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1972.

aa) Alvaro Dias — Presidente

Gabriel Manoel — Relator

Basílio Zanusso

Redação Final — do Projeto de Lei n. 230-71, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), a Amado Alves de Miranda. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n. 230-71
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a Amado Alves de Miranda, uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros).

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução desta lei correrão à conta da verba própria do Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1972.

aa) Alvaro Dias — Presidente
Gabriel Manoel — Relator
Basílio Zanusso.

Redação Final — do Projeto de Lei n. 37-72, fica denominado Grupo Escola "João Mattar", o atual Grupo Escolar Noturno Dr. Generoso Marques, da cidade de Cambará. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n. 37-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Grupo Escolar Noturno Dr. Generoso Marques, da cidade de Cambará, passa a denominar-se Grupo Escolar João Mattar.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1972.

aa) Alvaro Dias — Presidente
Gabriel Manoel — Relator
Basílio Zanusso

Redação Final — do Projeto de Lei n. 66-72, fica declarada de utilidade Pública, a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais (APADEVI), com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

Redação Final do Projeto de Lei n. 66-72
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais — APADEVI, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1972.

aa) Alvaro Dias — Presidente
Gabriel Manoel — Relator
Gasílio Zanusso.

1.ª Discussão — do Projeto de Resolução n. 24-72, de autoria do Deputado Wilson Fortes e outros, dispõe sobre a realização dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado, até 17 de novembro de 1972. — **Aprovado.**

Projeto de Resolução n. 24-72

SUMULA: Dispõe a realização dos trabalhos da Assembléia até 17 de novembro de 1972.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º — Os trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado, até 17 de novembro de 1972, serão realizados com alternância semanal de sessões plenárias e reuniões das comissões.

Art. 2.º — A semana que se seguir à data desta Resolução, será destinada às sessões plenárias.

Art. 3.º — A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 1972.

aa) Deputados Wilson Fortes — João Mansur — Armando Queiroz — Emilio Carazzai — Santos Lima — Borsari Netto — Leopoldo Jacomet — Domicio Scaramella — Antonio F. Ferreira da Costa — Marciano Baraniuk — Lázaro Dumont — Paulo Camargo — Alvaro Dias — Basílio Zanusso — Pinto Dias — Xenofonte Villanueva — Arzone Araujo — Antonio Belinati — Sebastião R. Júnior — Antonio L. Junior — Odilon Reinhardt — Antonio Maciel — Paulo Poli — Ovidio Franzoni — Quielse Crisóstomo da Silva — Jorge Sato — Erondy Silvério — Muggiati Filho — Igo Losso — Fuad Nacli — Hélio Manfrinato — Mauricio Fruet e Rosário Pitelli.

Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Resolução n. 24-72

O Projeto é legal e não fere dispositivos constitucionais. O meu voto é pela sua aprovação.

Em 09 de agosto de 1972.

aa) Armando Queiroz — Presidente
Emilio Carazzai — Relator
Muggiati Filho.
Borsari Netto.
Mauricio Fruet e
Ovidio Franzoni.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente solicitando seja enviado apelo aos srs. Governador do Estado, Ministro da Fazenda e ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio, no sentido de que sejam corrigidas as disposições apontadas e se harmonizem, entre si, os legítimos interesses da lavoura, da indústria, do consumidor, do Estado — membro e da União. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. Deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo aos srs. Governador do Estado e Secretário de Saúde Pública, no sentido de que a direção do Hospital Colônia "Adauto Botelho", órgão pertencente a Fundação de Assistência Hospitalar do Paraná, considere o critério que atualmente vem adotando, no sentido de não mais aceitar internamento de alienados mentais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do

Expediente, solicitando voto de louvor ao Município de Prudentópolis, pelo seu 66.º aniversário. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 14, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.ª Discussão — dos Projetos de Resolução n.os 22-72, 23-72 e 24-72.

1.ª Discussão — do Projeto de Resolução n. 21-72 e dos Projetos de Lei n.s. 21-72; 160-70; 185-71; 201-71; 266-71 e 74-72.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA N. 230-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 5.764, de 28 de julho de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

Revogar a Portaria n. 216-69, de 04 de junho de 1.969, que concedeu férias a Marina Cunha Martins, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Poder,

Gabinete da Diretoria Geral, em 4 de agosto de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY
Diretor Geral

PORTARIA N. 231-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 5.865 de 02 de agosto de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

Conceder a Jul'ia Julinsky de Paula, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972, a partir de 08 de agosto de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de agosto de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY
Diretor Geral

PORTARIA N. 232-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 5.850 de 1.º de agosto de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

Conceder a Senhorinha Bernardi, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.971, a partir de 03 de agosto de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de agosto de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY
Diretor Geral

PORTARIA N. 233-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 5.937, de 03 de agosto de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Joaquim Roberto Munhoz de Mello, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.971, a partir de 02 de agosto de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de agosto de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY
Diretor Geral

PORTARIA N. 234-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 5.492, de 03 de agosto de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Alaide Maria Loffaguen Cherubino, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972, a partir de 07 de agosto de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de agosto de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY
Diretor Geral

PORTARIA N. 235-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 5.946, de 03 de agosto de 1972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Joubert da Silva Santos, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de férias, referentes ao exercício de 1.972, a partir de 07 de agosto de 1972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de agosto de 1972.

a) FAUSTO LUIZ ABRY
Diretor Geral

PORTARIA N. 236-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 5.455 de 12 de julho de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

designar os funcionários José Renato Duarte, Sergio Zacarias e Sérgio Maravalhas, para sob a presidência do primeiro, comporem Comissão de Estudos para implantação de sistema de microfilmagem de documentação deste Poder,

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de agosto de 1.972

a) FAUSTO LUIZ ABRY
Diretor Geral

PORTARIA N. 237-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 5.983, de 04 de agosto de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Ceníra dos Santos Freitas, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento, em prorrogação, a partir de 05 de agosto de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de agosto de 1972.

a) **FAUSTO LUIZ ABRY**
Diretor Geral

PORTARIA N. 238-72

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o n. 6080-72, de 08 de agosto de 1.972, deste Poder,

RESOLVE:

conceder a Lindamir Edil Caran, funcionária do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de licença para tratamento, a partir de 12 de julho de 1.972.

Gabinete da Diretoria Geral, em 11 de agosto de 1972.

a) **FAUSTO LUIZ ABRY**
Diretor Geral

ATAS DAS COMISSÕES:

Comissão de Agricultura Indústria e Comércio
Ata da 1.a Reunião Ordinária
2.a Sessão Legislativa — 7.a Legislatura

Aos onze dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e dois, reuniu-se na Sala das Comissões, após a sessão plenária, a Comissão de Agricultura Indústria e Comércio, sob a Presidência do Senhor Deputado Antonio dos Santos Maciel Filho, contando com a presença dos Senhores Deputados Marciano Baraniuk, Hélio Manfrinato, Lazaro Dumont e Francisco Escorsin. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou

aberto os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da Sessão de Instalação. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foi relatado o seguinte processo: **PROJETO DE LEI N. 59-72** — Autor: Poder Executivo — Mensagem n. 49-72, encaminhando anteprojeto de lei que Cria o Fundo de Desenvolvimento Rural e da outras providências. Relator Senhor Deputado Marciano Baraniuk que ofereceu parecer favorável, sendo o mesmo aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrado os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Secretário, para que produza os efeitos legais.

aa) **PRESIDENTE**
SECRETARIO

Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações
2.a Sessão Legislativa — 7.a Legislatura
Ata da 4.a Reunião Ordinária

Aos quatorze dias do mês de agosto de um mil novecentos e setenta e dois, na sala de reuniões das Comissões Técnicas, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do senhor deputado Francisco Borsari Neto, presentes os senhores deputados, Xenofonte Vilanueva, Lazaro Dumont, Gabriel Manoel e Hélio Manfrinato, havendo número legal, o senhor presidente declarou abertos os trabalhos. Lida a ata da sessão anterior pelo senhor Secretário, foi a mesma aprovada sem observações. Nada constando do expediente, passou-se à **ORDEM DO DIA**: **PROJETO DE LEI N. 210-71** — de autoria do senhor deputado Ivo Tomazoni, que transfere a responsabilidade do D.E.R. a estrada que liga Vila Grapia, no Município de Salto do Lontra, via Estrela do Iguaçu a Porto Bonito, no Município de Catanduvas. A este projeto foi anexado através requerimento em Plenário do senhor deputado Sebastião Rodrigues Junior, o projeto de lei n. 239, que versa sobre a mesma matéria. Relator deputado Gabriel Manoel, parecer favorável, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada, bem como pelo senhor Presidente.

aa) **FRANCISCO BORSARI NETO** — Presidente
ROBERTO DINIZ SATYRO — Secretário